

21 de Outubro 2019
Segunda-feira
Semanário - Ano 4
Nº 181
Director-Geral
Evaristo Mulaza



PROGRESSOS ASSINALADOS NO 'DOING BUSINESS'

Empresários desmentem melhorias no ambiente de negócios

Raul Mateus,
CEO da Pomobel



Francisco Chaves,
presidente
da Anemp



Marc Meyer,
CEO da Eka



ECONOMIA. O último relatório 'Doing Business' do Banco Mundial assinalou avanços ligeiros no ambiente de negócios em Angola e o Presidente da República citou o estudo, ao referir-se aos 'méritos' da sua governação, na abertura do ano parlamentar. Empresários ouvidos pelo VALOR declaram, entretanto, em uníssono, que nunca foi tão difícil fazer negócios no país, alertando para o risco de mais falências nos próximos tempos. **Pág. 4**

TRANSPORTADORAS PODEM PARALISAR ATÉ AO FIM DO MÊS

Abastecimento de combustível por todo o país em risco

PETRÓLEOS. As empresas transportadoras de combustíveis ameaçam paralisar no fim do mês, se a Sonangol não ceder a pelo menos duas exigências. Uma é o ajuste da tarifa paga pela petrolífera em 60%, a outra é a indexação dessa mesma tarifa ao dólar. **Pág. 10**

FALTA DE PAGAMENTOS

Hotéis bloqueados pelo Booking

As dificuldades de pagamentos, resultantes do difícil acesso às divisas, levaram ao bloqueio da maioria das unidades hoteleiras pelo Booking, uma das maiores plataformas de reservas do mundo. Para os operadores, o turismo está em risco. **Pág. 5**

BANCÁRIOS PREOCUPADOS COM TRANSACÇÕES DE ENTIDADES RELIGIOSAS

Igrejas na mira do braqueamento de capitais

Pág. 8

Editorial

O CUSTO DA 'TRAIÇÃO' DIPLOMÁTICA

Em Outubro de 2018, o VALOR explicou, em editorial, as consequências práticas da viragem diplomática pró-Occidente determinada por João Lourenço. Uma das mais óbvias seria o descontentamento chinês-russo, pela rivalidade quase natural destes dois gigantes, face ao bloco liderado pelos Estados Unidos da América. Mas também (e sobretudo) pelo facto de a aproximação apressada ao Ocidente significar traição incontida à China. Pelo apoio decisivo que este país prestou a Angola, no momento em que os Estados Unidos e a Europa viraram às costas ao país.

Estranhamente, o VALOR foi atacado até por alguns órgãos de imprensa públicos, mas, passado um ano, os factos parecem cada vez mais irrecusáveis. Por muito que a linguagem diplomática reafirme a manutenção de boas relações entre Angola e a China e não obstante as viagens e os encontros de João Lourenço com Xi Jinping, a proximidade entre Luanda e Beijing nunca esteve tão afastada no pós-guerra. É certo que, em parte, o resfriamento se deve à situação económica menos atractiva do país, mas isto só é verdadeiramente aplicável às relações comerciais e empresariais. Em termos estratégicos, nas relações Estado-Estado, a decepção chinesa começou a expressar-se logo na fragilização das expectativas angolanas, quanto ao volume de empréstimos a que teria acesso a partir da segunda maior economia do mundo.

Não tendo os mesmos argu-

mentos financeiros que a China, a Rússia tem pelo menos os mesmos motivos geo-estratégicos para olhar para Angola com menos simpatia. Por isso é menos expectante que o encontro de João Lourenço com Vladimir Putin, em Sochi, antecipe caminhos para um comprometimento russo que vá além dos acordos de circunstância com efeitos irrelevantes na actual conjuntura de crise.

Este quadro relembra necessariamente uma lição óbvia que a diplomacia de João Lourenço atrasa em aprender. Nas relações entre países do terceiro mundo

ricos em recursos naturais e os gigantes que dividem ideologicamente o comando da terra, os primeiros têm de fazer escolhas mais ou menos claras. Não se pode oferecer os mesmíssimos privilégios a dois inimigos poderosos, sobretudo quando quem oferece é excessivamente fraco. Um dos dois tem de ser descompensado de alguma forma, porque ninguém se compromete a fundo com o aliado do inimigo. É isso o que, de certa forma, se passa por cá. Os chineses esfriaram e os norte-americanos aos quais se ofereceu a alma vão 'arrastaaaaaaando'.



FORUM DE INVESTIMENTOS
Namibe promete tranquilidade no mar
No II fórum, co-organizado com o VALOR, o governador provincial elencou ilicitudes praticadas "nas lindas e boas praias" da província. O objectivo é garantir segurança aos "negócios, principalmente aqueles cujo objecto são os produtos do mar", disse Carlos da Rocha Cruz. Págs. 10 e 11

POR ORIENTAÇÃO DO SUBSECRETÁRIO DE ESTADO NORTE-AMERICANO

EUA força Angola a afastar-se da China e da Rússia

Para contar com o total apoio norte-americano nas diversas frentes que se propõe a vencer, o Governo angolano teria de escolher entre "abraçar as instituições democráticas ou a China e a Rússia". A posição da administração Trump foi transmitida pelo subsecretário dos EUA, John Sullivan, na sua recente visita a Angola. A China considera "falta de respeito" e lembra que, na parceria com Angola, "não constam políticas contra terceiros". Págs. 4 e 5



Moedas AKZ USD 316,31 (-0,04)▼ EUR 359,14 (+0,66)▲ Libra 418,78 (+17,31)▲ Yuan 47,14 (-0,27)▼ Rand 21,98 (-0,09)▼



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Editor Executivo Adjunto: Nelson Rodrigues

Redacção: Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes e Suely de Melo

Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes e Mário Paiva

Produção gráfica: Damer

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 N.º de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Geovana Fernandes

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

N.º de Contribuinte: 5401180721

N.º de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, n.º 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510; 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao;

comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Estevão Daniel,
presidente da Confederação
Empresarial de Angola (CEA)

O que originou a crise com a sua nomeação?

Tem que ver com ambição e usurpação de poder. Quando foi constituída a CEA, definiu-se que seriam as associações a liderar. Francisco Viana, até agora, representou a Associação Empresarial de Luanda. É nesta condição que foi eleito para dirigir a CEA. Mas há um desagrado entre Filomena Oliveira e Francisco Viana há já uns dias. E o desprazer começou com o incumprimento das tarefas dadas por Francisco Viana a Filomena Oliveira, num encontro com o Presidente da República.

Em algum momento Filomena Oliveira manifestou vontade de presidir à CEA?

Não, mas, pelo documento que surgiu, que não é legal, há a nomeação de Filomena Oliveira como presidente da comissão de gestão. Não há necessidade disso, porque estamos aqui a funcionar. Há uma ilegalidade e tem de se repor a verdade.

Mas a empresária continua como vice-presidente da confederação?

Sim. Até ordens contrárias, a associação que ela dirige continua a ocupar a vice-presidência. O meu trabalho, como presidente da CEA, vai ser mostrar a verdade aos que estão do lado oposto.

15
TERÇA - FEIRA
O Presidente da República reconhece, no discurso sobre o 'estado da Nação', que, apesar do seu empenho, nos dois anos iniciais de mandato, ainda há muito por se fazer para satisfazer as necessidades da população. João Lourenço destaca, nos dois anos, a luta contra a corrupção e a impunidade.

16
QUARTA - FEIRA
A TAP anuncia o reforço da frequência de voos Lisboa-Luanda, que passam a realizar-se também ao domingo, e a mudança de horário para o período nocturno, para melhorar a ligação a outras cidades. O anúncio é feito pelo responsável de 'marketing', Abílio Martins.

17
QUINTA - FEIRA
A Sonangol anuncia que está a investigar as razões da retenção do seu navio-sonda na Malásia, alegadamente por ter ancorado sem autorização naquelas águas territoriais. E garante que a tripulação é qualificada de acordo com os padrões internacionais.



14
SEGUNDA-FEIRA O director para a área de infra-estruturas da Enana, Joaquim Oli Jabila, revela que o aeroporto 'Comandante Ndozi', no Soyo, pode deixar de receber aeronaves de médio e grande portes, por insegurança na pista que fica a descoberto com a danificação da rede de vedação.

18
SEXTA - FEIRA
O director-geral da Agência Francesa de Desenvolvimento, Rémy Rioux, promete à ministra das Finanças, Vera Daves, em Washington, apoio para a implementação da agenda de reformas macroeconómicas em curso em Angola.



19
SÁBADO
Empresários de Angola e Zâmbia constituem uma Câmara de Comércio e Indústria, em cerimónia testemunhada pelos embaixadores dos dois países. O empresário Marcos da Fonseca é eleito presidente da câmara.



20
DOMINGO
O governador de Benguela apresenta, nos Estados Unidos, aos empresários americanos, as oportunidades de investimentos na província que dirige. Em Nova Orleans, Rui Falcão destaca a melhora do ambiente de negócios e mais oportunidades.



COTAÇÃO



FMI COLOCA RIQUEZA CHINESA NOS 5,8%

O produtor interno bruto chinês poderá ficar ainda abaixo das estimativas aguardadas para todo o ano 2019. A previsão é do Fundo Monetário Internacional (FMI) que coloca a riqueza do gigante asiático apenas nos 5,8%, valor inferior aos 6% alcançados até Setembro. A meta atingida de 6% situa-se dentro das previsões do governo chinês para todo o ano, designadamente entre 6% e 6,5%.



WALL STREET INICIA SEMANA COM GANHOS

As estatísticas dos mercados financeiros nos EUA abriram hoje com setas verdes. Nos registos desta segunda-feira, o índice Dow Jones subiu 0,31% para 26.852,67 pontos, o Nasdaq avançou 0,59% para 8.8136,45 pontos. Já o Standard & Poors deu um salto de 0,41% para 2.998,03 pontos. A guerra comercial EUA-China ajudou para os resultados, sobretudo pela convicção dos investidores de que haverá algum progresso no abrandamento da tensão entre as duas potências.

Economia/Política

APESAR DO OPTIMISMO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Empresários não sentem melhoria no ambiente de negócios

MERCADO. João Lourenço destacou a subida de dois pontos no ranking 'Doing Business', mas homens de negócios lamentam não sentir esta melhoria e listam rol de dificuldades, entre as quais o aumento de desemprego. No estudo, abertura de empresas é o índice que mais melhorou.

Por Antunes Zongo

Empresários de diversos sectores dizem não sentir a melhoria do ambiente de negócios em Angola, apesar da subida de dois pontos no ranking de avaliação 'Doing Business', relativo a 2018. Esta subida foi destacada pelo Presidente da República no discurso sobre o 'Estado da Nação'.

Na perspectiva dos empresários, a subida "não tem impacto no dia-a-dia das empresas". Por exemplo, ao VALOR, o director do supermercado Pomobel assegura que o sector empresarial "está a agudizar". Raul Mateus explica que, do ponto de vista teórico e prático, nos mercados com estabilidade económica, "não há especulação de preços, crise, recessão e pouco poder de compra dos consumidores", como se regista no país. Nos mercados estáveis, sublinha o empresário, o especulador acaba por ter a mercadoria caducada, porque ninguém lhe compra. "Portanto, ainda não registámos melhoria alguma. Por exemplo, no ano passado, a inflação teve uma subida de cerca de 46%. Este ano, já tivemos um aumento de cerca de 26% e, só no início de

Outubro, registou-se uma subida de 16%. Não há avanços na nossa economia", reforça, perspectivando que, ainda este ano, mais empresas vão fechar portas.

Entre outras, o empresário queixa-se da dificuldade que tem em pagar a carta de crédito de que beneficiou recentemente, cujo prazo está fixado em 90 dias após a recepção. Lamenta ainda que o preço para a aquisição do dólar tenha subido uma semana depois de ter vendido parte da mercadoria, adquirida no âmbito da carta de crédito indexada ao dólar.

O presidente da Associação Nacional das Empresas de Manutenção Predial (Anemp) também não sente o "impacto real" da melhoria do ambiente de negócios. Para Francisco Chaves, o sector de manutenção predial "está a ruir", não só por causa da crise, mas também pelas políticas seguidas pelo Governo". O responsável da Anemp aponta, como exemplo, o caso da SG Services, associada da instituição, que acabou por fechar portas na semana passada, despedindo os últimos 500 colaboradores que mantinha, face à perda dos contratos por orientação governamental.

A SG Services, tida como a maior empresa de manutenção predial, era, até ao primeiro semestre deste ano, responsável pela manutenção do Palácio Presidencial,



Raul Mateus,
CEO da
Pomobel

Clínica Girassol e do Hotel de Convenções de Talatona, entre outras instituições públicas e privadas de grande dimensão. No entanto, perdeu todos os contratos com as instituições públicas depois de a PGR ter iniciado uma investigação contra Orlando Veloso (um dos sócios da empresa), na qualidade de PCE da Sonip. Depois de ter confiscado o HCTA, no âmbito da 'Lei sobre o Repatriamento Coercivo e Perda Alargada de Bens', o Governo anulou o contrato de manutenção que a SG Service mantinha com o hotel.

O presidente da Anemp defende, entretanto, que, ao invés de anular os contratos da SG Services, por causa dos donos, o Governo devia "manter os acordos", fazendo apenas alguns reajustes, visando proteger os empregos. "Se, por um lado, se combate a corrupção, por outro,

rendimento das empresas de manutenção predial, por recorrerem a serviços informais em detrimento das empresas, que têm custos com pessoal e pagam impostos, bem como água e energia eléctrica.

À semelhança de Raul Mateus e Francisco Chaves, o director-geral da Eka, o francês Marc Meyer, conclui que o actual "ambiente de negócios não é dos melhores" e aponta a entrada do Iva como uma "opção errada". Marc Meyer tem dificuldades em identificar um sector económico que esteja bem, embora tenha a impressão de que o segmento que recorre ao exterior para a aquisição de matérias-primas, como o das bebidas, some custos "muito superiores". Por exemplo, para a produção da Eka, apenas a água, garrafa, as rollas e as caixas são de produção nacional. A empresa, de acordo com o responsável, "está a fazer um esforço" para reverter o quadro, mas a actual condição do mercado poderá retardar a ambição.

Numa grande entrevista ao VALOR, o PCA da Sistec, António Candeias, também considerava que "o ambiente de negócios está pior", salientando que "nunca foi tão difícil trabalhar como agora". "Temos é de lutar, mas não está bom. É necessário menos burocracia, existe demasiada. Tem de haver mais realismo. Às vezes, sentimos que as coisas são feitas na teoria do ar condicionado dos gabinetes", argumentou.

AMBIENTE "FAVORÁVEL"

Por sua vez, o director-geral da empresa Gástem, ligada à compra e venda de gás butano, faz uma avaliação diferente. Para Abel António Almeida, no âmbito geral, o país vive um "ambiente de negócios favorável", face à entrada "significativa" de investidores estrangeiros. No entanto, considera existir ainda muito por ser feito. Aponta, por exemplo, dificuldades no sector em que actua, não só pelos preços que se praticam, mas também por causa da "crescente" inflação. "O nosso produto pertence ao regime de preços vigiados, o que reduz imenso a nossa rentabilidade com a crescente inflação. Estamos a discutir com o Governo e esperamos que uma dessas propostas seja aceite", aguarda o responsável da Gástem, que, em conjunto com a concorrência, busca junto do Instituto Regulador dos Derivados do Petróleo uma alteração dos preços há já dois anos.

MEMORIZE

● Segundo o ranking Doing Business, a pontuação de Angola passou de 41,49 para 43,86, passando da posição 175 para 173. Segundo o relatório, a abertura de empresas é o índice que mais melhorou, passando de 134 para 139 pontos, enquanto o acesso está pior, baixou 13 pontos para os 152.

colocam-se mais pessoas no desemprego", observa Francisco Chaves.

Além dos constrangimentos que o combate à corrupção tem causado às famílias, o líder associativo responsabiliza os administradores municipais pelo baixo

CERCA DE 1,4 TURISTAS nacionais e estrangeiros foram contabilizados pelo Ministério do Turismo no primeiro semestre de 2019, segundo o secretário de Estado do Turismo, José Alves Primo, ao discursar na abertura da Bolsa de Turismo da Huíla.

DIFICULDADE DE ACESSO ÀS DIVISAS

Hotéis bloqueados pelo Booking por falta de pagamentos

HOTELARIA. AHRA tem negociado com os bancos e o BNA para ultrapassar a situação. Agências de viagens também registam os mesmos problemas para reservas com valores que ultrapassam os 500 euros.

Por Isabel Dinis

Grande parte dos hotéis angolanos tem registado dificuldades e até bloqueios nas plataformas internacionais de reservas de empreendimentos hoteleiros, principalmente no Booking por falta de pagamento resultante da dificuldade de transferir as divisas.

Para o secretário da Associação de Hotéis e Resorts de Angola (AHRA), Ramiro Barreira, a situação “coloca em risco” o turismo internacional e garante estar a trabalhar com as instituições bancárias para permitir as transferências e o pagamento dos atrasados. “Não vamos ter turismo internacional se as plataformas de reservas não estiverem a funcionar com as compensações devidas. Isso é importante. É como as companhias aéreas. As pessoas pagam em kwanzas e há necessidade de transferências dos

dividendos”, refere.

Assim como os hotéis, as agências de viagens também têm registado várias dificuldades para os pagamentos nas plataformas internacionais. Segundo o secretário-geral da Associação das Agências de Viagens e Operadores Turísticos de Angola (Avota), Augusto Pedro, muitos dos associados, face às dificuldades, têm recorrido a parcerias com empreendimentos turísticos para fazerem reservas online e efetuarem os pagamentos mais tarde. “As nossas redes de pagamentos, como os cartões Visa, estão sempre com problemas. Muitas vezes não funcionam e outras apenas podemos tirar X ou Y”.

Augusto Pedro revela que, para driblar as dificuldades, as agências têm optado não pelas plataformas como o Booking, com vários hotéis para reservas, mas por dois ou três empreendimentos no estrangeiro com parcerias firmadas que permitem fazer reservas, sem restrições de pagamentos.

Chilas Santana, dono de uma agência de viagens, diz que a sua principal dificuldade tem sido fazer



Ramiro Barreira, secretário da Associação de Hotéis e Resorts de Angola

reservas que envolvam pagamentos de mais de uma semana com valores que ultrapassem os 500 euros. “Nesses casos, a opção passa sempre por arranjar alguém de confiança no estrangeiro que faça a reserva e depois nos envie o comprovativo de pagamento.”

Fora os constrangimentos de pagamentos no exterior, Chilas Santana declara que os agentes turísti-

cos encontram internamente muito mais dificuldades. A explicação, refere, tem que ver com o facto de estas plataformas internacionais disporem da opção de descontos com cartões, o que não ocorre com hotéis em Angola. “Precisamos de ligar para que fique confirmado ou ir até as instalações dos hotéis. Caso contrário, não conseguimos a reserva”, explica.



2 BANCOS ENVOLVIDOS

PAC aprova sete projectos

Foram aprovados já sete projectos, avaliados em mais de 8,4 mil milhões de kwanzas, no âmbito do Projecto de Apoio ao Crédito (PAC), segundo dados do Ministério da Economia tonados públicos esta semana.

Os projectos foram aprovados por dois dos oito bancos que subscreveram o PAC. O BCI aprovou quatro, num total de 1,172 milhões de kwanzas, enquanto o BIC aprovou os outros três projectos, avaliados em mais de 7,2 mil milhões de kwanzas.

Os números dão conta ainda que sete, dos oito bancos subscritores, analisaram 64 solicitações, avaliadas em pouco menos de 17,6 mil milhões de kwanzas. O BFA é a instituição que não registou solicitação, enquanto o Standard Bank lidera o ranking das solicitações com 17, seguindo-se o BIC com 15 e o Millennium Atlântico com 13. Seguem-se o BAI com 12, BCI com 4, BNI com dois e o BCH com um.

O BIC, entretanto, lidera o ranking em termos de valores solicitados, com mais de 32,8 mil milhões de kwanzas, enquanto o Standard Bank registou solicitações avaliadas em mais de 32,1 mil milhões.

Dos projectos aprovados, cinco são da Agricultura e dois da Indústria. Em termos geográficos, Luanda e Kwanza-Sul acolhem dois cada uma, enquanto os outros três estão na Huíla, Malanje e Uíge.

Economia/Política

MALANJE, MOXICO E KWANZA-NORTE

Seca e falta de estradas entre os principais desafios dos governos provinciais

GOVERNAÇÃO. Responsável do governo do Kwanza-Norte aponta dificuldades nos sectores da saúde e da educação, mas sublinha estar a trabalhar para mitigar os constrangimentos. Gonçalves Muandumba, do Moxico, nega que haja pessoas a morrer de fome, embora admita falta de comida na província, por conta da seca.

Por Antunes Zongo

Norberto Fernandes dos Santos 'Kwata Kanawa', governador de Malanje



A seca e a falta de estradas continuam entre as principais preocupações dos governos provinciais. Ao VALOR, Norberto Fernandes dos Santos 'Kwata Kanawa', governador de Malanje, conta estar a terminar a programação dos projectos, em que constam o montante financeiro de que precisa para mitigar as dificuldades. O governante estima que a programação estará concluída em Dezembro próximo e que terá, como prioridade, a malha viária, visando não só facilitar o escoamento de produtos, mas também o acesso aos serviços públicos. “As estradas são fundamentais para resolver os problemas sociais. As pessoas precisam das estradas para ir à escola e aos hospitais. Portanto, estou a

focar-me na melhoria das vias, mas, como responsável de uma província essencialmente agrícola, também me tenho focado nesse aspecto”, sublinha.

‘Kwata Kanawa’ admite que, face à actual “incapacidade financeira que o país vive”, sobretudo a partir de 2014, os orçamentos disponibilizados às províncias têm sido insuficientes para dar respostas às “imensas preocupações” que surgem. Entretanto, aponta haver “muitos projectos paralisados, entre os quais algumas escolas”.

Para contornar a situação, o governo malanjino está a elaborar um programa orçamental dividido em duas dotações orçamentais. Ou seja, está a gizar um programa em que alguns projectos serão cobertos pela habitual dotação do Governo Central e outros pelo Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (Piim).

Também ao VALOR, Gonçalves Muandumba, governador do Moxico, sublinha que a província tem um orçamento de 22 mil milhões de kwanzas, no âmbito do Piim, e que será aplicado em estradas e noutras áreas. Para o também ex-ministro da Juventude e Desportos, a província que administra enfrenta problemas “um pouco maiores” que as outras, especialmente as que não enfrentam a seca. Desde logo, a falta de comida, precisamente pela agressividade da seca, é uma das principais preocupações, sendo os municípios dos Bundas e Luchazes os mais afectados. O governador nega, entretanto, que haja pessoas a morrer de fome.

Para mitigar o impacto da seca, Muandumba prevê agrupar as populações e criar as “condições básicas necessárias” nas localidades em que forem ajuntadas.

Além da seca, à semelhança de outras províncias, o Moxico

22

Mil milhões de kwanzas é o valor que o Moxico recebeu no âmbito do Piim.

debate-se com falta de estradas, o que dificulta não só o escoamento de produtos, mas também o acesso e a reparação de escolas, hospitais entre outros serviços. A província tem, por exemplo, uma rede de estradas de cerca de 3,4 mil quilómetros, mas apenas 576 se encontram asfaltados.

A seguir à seca e à falta de estradas, está, no topo das preocupações de Gonçalves Muandumba, o fenómeno de “desmatação desordenada”, bem como a violação dos direitos

humanos – praticada maioritariamente pelas autoridades tradicionais, motivadas por questões de feitiçaria.

Andriano Mendes de Carvalho, governador do Kwanza-Norte, faz uma ‘radiografia’ rápida da circunscrição e observa que a província tem problemas em todos os sectores, sendo alvo também de intervenções constantes. Ou seja, o governo local tem investido na saúde, agricultura, educação e outros sectores, ainda assim, “há componentes com certa sensibilidade”, sobretudo os sectores das águas e do emprego. “Portanto, nós não parámos. Estamos a trabalhar para ultrapassar todas as dificuldades”, assegura Adriano Mendes de Carvalho, garantindo que, em breve, parte dos municípios do Bolongongo, Banga e Ngonguembo vai beneficiar de energia eléctrica depois de anos às escuras.

 **UNITEL**
EMPRESAS

Office+

VOZ FIXA + INTERNET FIXA

+
**SIMPLES
ECONÓMICO
RÁPIDO**

+
PLANOS DE VOZ
A PARTIR DE
2.880 KZ

+
VELOCIDADE
MÁXIMA
4Mbps

www.unitel.ao

Mercados & Negócios

PARA PREVENIR BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

Bancários defendem ‘pente-fino’ ao dinheiro das igrejas

COMPLIANCE. Quadros da banca querem maior controlo ao dinheiro das igrejas. Preocupação é saber se recursos têm origem lícita. Fonte da UIF confirmou uma transacção de 400 mil dólares pagos só em dízimos a uma seita. Igrejas não estão na lista de entidades sujeitas ao branqueamento de capitais.



10

Milhões de dólares, valor que um banco terá recebido numa transacção suspeita.

MEMORIZE

- A preocupação da classe bancária é ver essas organizações entre as instituições passíveis desse tipo de crime. São consideradas entidades sujeitas ao crime de branqueamento as instituições financeiras bancárias e as não-bancárias.

Por Nelson Rodrigues

Técnicos dos gabinetes de ‘compliance’ de vários bancos e quadros da Unidade de Informação Financeira (UIF) defendem a inclusão das igrejas no leque de instituições sujeitas a um maior escrutínio no âmbito do combate ao branqueamento de capitais, o que permitiria verificar, kwanza por kwanza, a origem do dinheiro.

As igrejas e organizações similares, como associações cívicas e fundações, não integram

o grupo de entidades sujeitas ao crime de branqueamento de capitais. Aliás, nem mesmo a lei reserva um único artigo sobre o assunto.

A preocupação da classe bancária é ver essas organizações entre as instituições passíveis desse tipo de crime. São consideradas entidades sujeitas ao crime de branqueamento as instituições financeiras bancárias e as não-bancárias.

Também estão entre as entidades sujeitas ao crime de branqueamento as sucursais de entidades financeiras situadas em território angolano, com sede efectiva no estrangeiro, além das não-financeiras que exerçam actividade, incluindo casinos online; entidades paga-

doras de prémios de apostas ou lotarias, entidades de mediação imobiliária e de compra e revenda de imóveis, bem como construtoras que procedam à venda directa de imóveis.

No caso das igrejas, e por não constarem do grupo de sujeitas, os profissionais querem redobrar a vigilância. “Estamos a deixar mais dinheiro na igreja do que estamos a ter lá em casa. Já não está a dar para entender. Esse dinheiro pode estar a vir de venda de coisas [ilícitas]: marfim, drogas, órgãos. De tudo. De tráfico de pessoas, de toda a cadeia de crimes, que são crimes, como chamamos, subjacentes ao branqueamento de capitais”, afirmou um dos quadros da UIF no encontro.

A preocupação foi levantada num encontro informal promovido pela NF, iniciais de Nádia Feijó, entidade privada que juntou bancários dos mais variados gabinetes e direcções, com destaque para os bancos Millennium Atlântico, Bai Microfinanças, Sol, BDA e bancários de outras entidades que acorreram ao certame por iniciativa individual.

CASO JÁ DETECTADO...

A preocupação dos bancários ganhou mais corpo depois de um técnico da UIF ter indicado que, através das igrejas, já estavam a ser facilitadas operações que levantem suspeitas de lavagem de dinheiro.

Ao que consta, a UIF terá já

recebido, por exemplo, uma operação de liquidação de dívida pública, da qual foi possível detectar uma transacção de cerca de 400 mil dólares em dízimo a uma igreja.

Segundo a fonte daquele organismo, que segue as operações suspeitas, um banco terá recebido uma transacção de cerca de 10 milhões de dólares, dos quais terão saído o dízimo de 400 mil dólares e duas operações para a conta de um quadro das Finanças. A fonte garantiu que se seguiram passos que culminaram com o bloqueio das contas. Por tudo isso, os técnicos apelam para a necessidade de se reforçar a vigilância das transacções que envolvam igrejas, ONG e demais organizações similares.

A MAIOR VARIAÇÃO de preço, em Setembro, segundo o Instituto Nacional de Estatística registou-se no Kwanza Norte, 1,69%, seguindo-se Lunda Sul (1,63%) e Huíla (1,60%) e Luanda com 1,55%. Kwanza Sul registou a menor variação com 1,06%.

Nelson Abreu,
director-geral da
Carnes Valino



Santos Samuêsa © IJE

ENTRE MAIO E JULHO

Produção da Carnes Valinho baixa 30%

INDÚSTRIA. Dificuldades de acesso à moeda forte na origem do recuo. Empresa prepara-se para época festiva e lança, em 2020, novos produtos.

Por Isabel Dinis

A

produção da empresa Carnes Valinho recuou mais de 30% entre Maio e Julho, para

200 toneladas/mês, por causa da dificuldade de acesso a divisas para a aquisição de matéria-prima.

Líder no mercado de enchidos e de produção de fiambre, a empresa tem capacidade para produzir até 600 toneladas/mês. E o director-geral, Nelson Abreu, em declarações ao VALOR, num evento organizado pelo Minis-

600

Toneladas/mês, capacidade de produção da Carnes Valinhos

tério da Indústria, referiu que a empresa ainda importa maior parte da matéria-prima por não existir grande produção de carne de porco que permita cobrir a procura. “As necessidades de importação ainda são fortes. Tivemos dificuldades de acesso a divisas, mas, felizmente, nos últimos dois meses, a situação foi ultrapassada. O BNA já fez mais leilões”, refere.

Com a aquisição de divisas reestabelecida, a empresa, segundo Nelson Abreu, já se prepara para a quadra festiva, a época de maior consumo no ano.

Para 2020, a prioridade passará pela diversificação dos produtos, com a criação de uma linha de charcutaria, dirigida aos consumidores de baixo rendimento. “Vai ser bom para a empresa essa diversificação. Vamos conseguir mais consumidores e, com isso, vamos atingir mais pessoas. Não estaremos tão dependentes das condições económicas do país que, acreditamos, vão ser favoráveis no próximo ano”, prevê Nelson Abreu.

A importação de carne de porco foi proibida pelo Governo, no âmbito do Programa de Apoio à Produção Nacional, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi). O Ministério da Agricultura e Florestas tem justificado a decisão com a necessidade de proteger a produção nacional, acrescentando que o país já produz carne de porco suficiente para as necessidades internas.

PUB

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

PAÍS VIZINHO RECLAMA RECURSOS DA 'ZONA CONJUNTA'
RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola
A AUTORIZAÇÃO unilateral da Sorangol à Chevron para a exploração de petróleo na 'Zona de Interesse Comum' está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'varrer' do seu governo figuras 'favoráveis' a Angola. Pág. 14

PETROLEO
Potencial do onshore ignorado
Com os custos de produção de petróleo a rondarem os 35 dólares por barril, especialistas apontam para a exploração onshore, que tem custos de produção mais baixos que promove a criação de micro economias locais e de emprego. A produção onshore em Angola é marginal, abaixo dos 3%, com o restante a dependência total de petróleo no mercado internacional é explorado onshore. Págs. 4-9

EM CAUSA A CRISE DE DIVISAS
Brasileiros querem conversão monetária entre real e kwanza
A Associação de Empresas Brasileiras em Angola (AEBRAN) é a autora de uma proposta que deve ser submetida ao governo brasileiro no sentido de aceitar com as autoridades angolanas, para que o taxa de câmbio entre Angola e o kwanza no Brasil. Pág. 16

Luanda com seis novas centrais eléctricas
Empresa de Produção de Electricidade - PRODEL - adquiriu seis contratos da norte-americana General Electric, no valor de 300 milhões de dólares, que permitem abastecer mais de 600 mil residentes em Luanda. Pág. 18

CATIVACÃO DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS
Governo descarta revisão imediata do OGE
A entrada do segundo trimestre, o valor do barril do petróleo mantém-se abaixo do preço fiscal inscrito no Orçamento Geral do Estado, mas fontes oficiais avançam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes nas despesas de investimento não prioritárias são uma das explicações para a insustentabilidade do Governo em alterar as referências do OGE deste ano. Págs. 10-11

Moedas: **ANZ** USD 162,9 x2 (+0,7) **EUR** 181,02x (+0,7) **LIBRA** 229,7 x2 (+0,3) **YUAN** 247,82 (+0,0) **RAND** 16,5 x2 (+0,3)

Descarregue a App

Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Mercados & Negócios

POR DESENTENDIMENTO COM A SONANGOL

Transportadoras de combustível podem paralisar no final do mês



PETRÓLEO. Empresas reclamam reajuste em 60% das tarifas e indexação ao dólar. Defendem ainda anulação de concurso público para serviço de transporte de combustível rodoviário.

Por César Silveira

As transportadoras rodoviárias de combustível ponderam paralisar a actividade no final do mês em protesto contra o que consideram “falta de respeito” por parte da Sonangol, a quem acusam ainda de ignorar preocupações que podem determinar falências de algu-

mas empresas.

O aumento da tarifa paga pela Sonangol pelo transporte do combustível é uma das preocupações das empresas. Trata-se de uma solicitação antiga, mas que vai ganhando mais força devido à desvalorização galopante da moeda.

“Neste momento, só reajustando as tarifas em pelo menos 60% é que será o suficiente para manter as empresas vivas. E é necessário o ajuste permanente sempre que o câmbio variar. O mais correcto seria existir uma tarifa com base no dólar”, defendem os operadores numa carta a

que o VALOR teve acesso.

A necessidade de indexação da tarifa ao dólar é justificada com a constante importação das peças e acessórios. “Mais de 85% dos custos nessa actividade são pneus, peças de reposição e outros que são importados”, argumentam.

No documento, sublinham ainda que “já avisaram várias vezes à Sonangol que irão todos à falência se as coisas continuarem assim. Nenhuma empresa compra camiões há mais de 4/5 anos. Isso vai provocar a redução da frota disponível”, declaram.

A tarifa foi revista em 2018,

tendo sido fixado, por exemplo, o valor de 8.127 kwanzas/m³ o carregamento de Luanda para Malanje. Até 2017, pelo mesmo troço, pagavam-se 7.192 kwanzas. A tarifa mais elevada está fixada em 19.760 kwanzas/m³ e é para o carregamento entre Luanda e Moxico, seguindo-se o valor de 18.401 kwanzas/m³, que é pago para o transporte entre Porto-Amboim e Moxico.

O VALOR apurou que a determinação das empresas em avançar com uma paralisação ganhou força a 10 de Outubro depois de uma postura da petrolífera que consideram “falta de respeito”. Estava marcada para este dia uma reunião entre as empresas e a Sonangol, mas não aconteceu por decisão unilateral da petrolífera. “Vieram transportadores de todo o país. Postos na reunião (alterada de última hora para o edifício da Sonangol Logística), aos transportadores foi-lhes comunicado que a reunião seria só para informar que teriam uma reunião na segunda-feira seguinte. Uma reunião com gente que saída de todo o país para informar uma reunião?”, questiona um dos empresários. “Os transportadores todos ficaram chateados e acharam que, mais uma vez, a Sonangol está a desrespeitar uma classe que passa por muitas dificuldades nas estradas desse país para levar o combustível até aonde a Sonangol e o país precisam”, lamenta.

REUNIÃO DEIXA MUITO A DESEJAR

O encontro aconteceu na data remarcada, mas os operadores consideram ter sido “decepcionante”, visto que não foram discutidos os vários temas. “Apenas abriram as propostas de um concurso público lançado em Maio”.

O concurso público para serviço de transporte de combustível, de resto, é o outro ponto de discórdia entre as partes. Os

transportadores exigem a anulação do mesmo por ter sido lançado há cerca de seis meses e as propostas apresentadas estarem desajustadas à realidade económica actual devido à desvalorização galopante. “As propostas já estão desactualizadas visto que os preços das peças e acessórios sobem diariamente (acompanhando a desvalorização da moeda por serem artigos importados). O concurso não deve ser válido. As propostas deveriam ter sido abertas há três meses”, argumentam.

PARALISAÇÃO DEPENDE DA AJS

Os vários operadores contactados manifestam-se dispostos a paralisar as actividades no final do mês, mas tudo está dependente da adesão da AJS, que é o maior transportador de combustível do país. “A associação só precisa de convencer o maior transportador que nem sempre alinha nas paralisações. Sem esse não será possível fazer a paralisação, mas também já está a ficar cansado de ser maltratado e de não ser reconhecido pelo trabalho que realiza desde o tempo da guerra”.

A AJS, entretanto, não quis comentar o assunto. “A nossa empresa tem uma forma de estar muito própria no mercado. Preferimos não falar para a imprensa. Só lhe posso dizer que houve nos últimos dias algumas reuniões nas instalações da Sonangol”, respondeu um quadro sénior da empresa.

No seio da associação, há o sentimento de que a paralisação será um facto. “Estamos a conseguir sensibilizar todos os colegas. Mesmo aqueles que criam alguma resistência nesses momentos também já chegaram à conclusão de que não dá mais.” Fonte próxima da petrolífera considera, no entanto, não existirem condições para a Sonangol reajustar as tarifas porque “não tem dinheiro”.

O JOGO QUE PODE
MUDAR A LIDERANÇA!

zap



FC PORTO VS
FC FAMILICÃO



DOMINGO | 27 OUTUBRO | 18:30

SPORT•TV ÁFRICA

LIGA NOS

DISPONÍVEL NO PACOTE ZAP PREMIUM

APOIO AO CLIENTE:
935 555 500 | apoio.cliente@zap.co.ao
TODOS OS DIAS, INCLUINDO FERIADOS, DAS 7:00 ÀS 24:00

INFORMAÇÕES SUJEITAS A ALTERAÇÕES

SIGA-NOS EM:     + INFO EM: www.zap.co.ao

(In)formalizando

IAJ DEFENDE-SE E EXPLICA QUE NÃO HÁ PROJECTO PARA PACOTES DE CRÉDITO

ANVA reprova alegado plano de crédito para jovens ambulantes

COMÉRCIO. Instituto Angolano da Juventude nega que tenha disponível um pacote de crédito para jovens vendedores ambulantes. Ao contrário do que declara a Associação Nacional dos Vendedores Ambulantes, sublinha pretender apenas ajudar os operadores a formalizarem os negócios.



Vendedor ambulante nas ruas de Luanda

Por Antunes Zongo

A Associação Nacional dos Vendedores Ambulantes (Anva) manifesta-se contra um suposto plano do Instituto Angolano da Juventude (IAJ), que visa conceder crédito exclusivamente a jovens comerciantes. Ao VALOR, o presidente da associação diz ter tomado conhecimento dessa “pretensão” do IAJ, durante uma reunião mantida com a entidade, na passada sexta-feira, dia 18.

José Ambrósio Cassoma, que conta ter-se mantido um pouco “apático” durante o encontro, justifica ser contra o apoio por

várias razões, uma das quais relacionada com os ‘estatutos da associação’, em que não distingue o comerciante com base na faixa etária. É também contra a ideia por “poder servir” de incentivo para “os jovens permanecerem na zunga”.

O presidente da Anva defende que, ao invés de concessão de créditos, o IAJ devia optar por promover cursos técnico-profissionais para jovens comerciantes e, só depois de formados, beneficiarem de pequenos empréstimos para iniciar um negócio que não seja o comércio ambulante. “Não se pode aceitar que meninos nascidos em 2002 sejam zungueiros. Isso é triste. É até gente com menos idade operando não só como ambulante, mas em mercados controlados por diferentes agentes do Estado”,

20

É a quantidade de jovens, que o IAJ inscreveu para exercerem comércio na ‘Feira Lunga’, em 2018.

300

É o número total de estabelecimentos, entre lojas e escritórios, da ‘Feira Lunga’.

lamenta José Ambrósio Cassoma, que defende, “com urgência, a demarcação dos locais destinados à venda ambulante, como determina a nova lei”.

Também ao VALOR, Jofre dos Santos, director do Instituto Angolano da Juventude, nega que a instituição tenha disponível um pacote de crédito para jovens comerciantes, recordando “não ser vocação do IAJ conceder créditos”.

Peremptório, o jovem dirigente considera que o presidente da Anva “percebeu mal” a informação. E explica que o instituto tem gizado um programa que visa apoiar os jovens comerciantes na formalização e estruturação técnica de negócios, para que possam ter acesso às oportunidades que têm sido concedidas a outros empreendedores.

“Há oportunidades que surgem às quais se pode ter acesso sendo um operador formal e é isso que pretendemos fazer com os jovens comerciantes”, reforça Jofre dos Santos.

A direcção do IAJ tomou posse em Fevereiro do ano passado e, desde então, tem procurado “mitigar o desemprego” na classe juvenil. Em 2018, por exemplo, inscreveu mais de 20 jovens empreendedores na Feira Lunga, um espaço comercial localizado no Benfica, com cerca de 300 estabelecimentos para lojas e escritórios. Em Agosto, realizou uma feira de emprego, em que dezenas de empresas tinham disponíveis vagas de trabalho e de estágios profissionais. No entanto, o evento acabou por conhecer um desfecho tumultuoso.

TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE

SERVIÇO PERSONALIZADO COM CONFORTO E SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda
Call center (+244) 947 992 829 +244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



DE JURE

LEI DAS FINANÇAS LOCAIS ENTRA EM VIGOR EM 2020

Autarquias vão cobrar ‘derrama’

IMPOSTO. Lei que estabelece o regime financeiro e patrimonial das autarquias locais entra em vigor em 2020 e prevê, no 7º artigo, “cobrança da derrama” (forma de financiamento próprio dos municípios), que vigora noutros países.

Por Júlio Gomes

A

“autarquias podem lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1% sobre a colecta do

Imposto Industrial, que proporcionalmente corresponda ao rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos que exerçam, a título principal, uma actividade comercial, industrial ou prestação de serviço” com base no diploma, que já passou pelo ‘crivo’ da Assembleia Nacional.

Nos casos de “actividades estritamente agrícolas, silvícolas e piscatórias”, estabelece a lei, a derrama não pode, no entanto, exceder 0,5%

sobre a colecta do Imposto Industrial dos contribuintes.

Segundo o instrutivo, “a deliberação sobre o lançamento da derrama deve ser comunicada pelo órgão executivo da autarquia ao órgão das finanças competente no prazo da entrada em vigor da Lei do Orçamento Geral do Estado de cada exercício, sob pena de a derrama não ser liquidada nem cobrada no ano em causa”.

A lei evidencia ainda que “o produto das derramas cobradas será transferido para a autarquia dentro dos 30 dias seguintes ao do apuramento”.

EMPRÉSTIMOS

A lei atribui poderes às autarquias, mediante autorização tutelar, ou seja, o poder de contrair empréstimos junto de quaisquer instituições financeiras autorizadas por lei a conceder créditos, mas adverte a

“não exposição a riscos”, além de que “os montantes não devem exceder 10% das receitas provenientes das participações das autarquias locais nos fundos”.

Também os encargos anuais com amortizações e juros de crédito de médio e longos prazos, incluindo os dos empréstimos obrigacionistas, não podem exceder 5% do valor das receitas correntes, incluindo as transferências a que a autarquia tem direito, ou 25% do valor dos investimentos realizados pelo município no ano anterior.

Todo esse exercício do crédito, embora seja da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, sujeita-se à ratificação pelo Presidente da República, “podendo este delegar a competência, no prazo de 15 dias, findos os quais sem pronunciamento, se presume concedida”.

De acordo com a lei, ficam consignados às autarquias locais 70% dos recursos financeiros provenientes do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho (IRT) por conta própria e por conta de outrem, 50% do Imposto Industrial, 60% do Imposto de Consumo, com excepção do imposto arrecadado nas importações, e 80% do imposto sobre sucessões e doações.

TRANSFERÊNCIAS

A lei estabelece dois fundos de equilíbrio: um nacional “anualmente inscrito no OGE pela transferência de um montante para assegurar a justa repartição dos recursos e a correcção de desigualdades entre as autarquias locais”. E outro municipal cujo objectivo também passa pelo “reforço da coesão municipal”, sendo o seu financiamento determinado em diploma próprio.



ATÉ AMANHÃ Luanda acolhe congresso sobre Direito Administrativo

Sob o lema ‘Procedimento e contencioso administrativos na agenda da reforma do Estado’, Luanda acolhe, hoje e amanhã, o primeiro Congresso Internacional de Direito Administrativo.

O evento, que conta com a coordenação científica dos professores Carlos Maria Feijó, Virgílio de Fontes Pereira e Carlos Teixeira (recentemente designado juiz conselheiro do Tribunal Constitucional), visa promover debates sobre as ‘grandes’ questões de actualidade do Direito Administrativo, como a reforma do procedimento administrativo angolano e experiências internacionais sobre a reforma do procedimento administrativo.

O último dia do ‘conclave’ será marcado pelo lançamento de uma obra colectiva intitulada ‘Estudos em homenagem ao Prof. Dr. António Pitra Neto’, sob responsabilidade da Universidade Agostinho Neto. O livro será apresentado ao público pelo antigo primeiro-ministro de Cabo Verde José Maria das Neves.

António Pitra Neto é um dos mais importantes dirigentes do MPLA. Entre várias funções que já desempenhou no aparelho do Estado, destaca-se a de ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.



RANKING FORBES

Os 10 atletas mais bem pagos do mundo

FORTUNAS. Sem dúvida, componente central da gestão desportiva de clubes e das grandes marcas é a escolha dos atletas a associar. Forbes, que há três décadas elabora o ranking dos atletas mais bem pagos do mundo, revela Messi no topo em 2019, seguido por Cristiano Ronaldo e por Neymar, os três únicos futebolistas entre os 10 desportistas mais bem pagos do mundo.

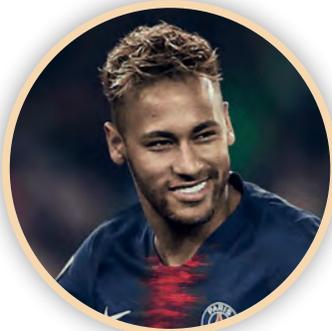
● **1 - Lionel Messi** – #127M – Futebol - Argentina - salário anual 92M - Receita Marketing 35M – o recordista da bota de ouro tem um contrato vitalício com a Adidas.



● **2 - Cristiano Ronaldo** – #109M - Futebol - Portugal - salário anual 65M - Receita Marketing 44M – Com a saída do Real Madrid, o atleta viu um corte de salário de 64M. Em 24 horas, a Juventus facturou 60M em camisolas com o seu nome.



● **3 - Neymar** – #105M - Futebol - Brasil – salário anual - 75M – Receita Marketing 30M – A transferência mais cara do mundo, 263M pagos pelo PSG ao Barcelona assegurou o atleta que tem 200 milhões de seguidores em redes sociais.



● **4 - Canelo Alvarez** – #94M - Boxe - México – salário anual - 92M – Receita Marketing 2M – Os combates entre Canelo e Gennady 'GGG' já valeram 50M ao atleta e registaram mais de um milhão de vendas.



● **5 - Roger Federer** – #93.4M - Ténis – Suíça – salário anual - 7.4M – Receita Marketing 86M – Federer assinou um contrato de 10 anos com a japonesa Uniqlo que vale 300M e a sua Fundação para educação em África já angariou 40M



● **6 - Russell Wilson** – #89.5M – Futebol Americano - EUA – salário anual - 80.5M – Receita Marketing 9M – O atleta mais bem pago da NFL assinou um contrato no valor de 140M para quatro anos e criou a produtora West2East Empire



● **7 - Aaron Rodgers** – #89.3M – Futebol Americano - EUA – salário anual - 80.3M – Receita Marketing 9M – Rogers investiu num fundo de capital de 50M e tornou-se accionista da equipa Milwaukee Bucks da NBA.



● **8 - LeBron James** – #89M – Basquetebol - EUA – salário anual - 36M – Receita Marketing 53M – investiu na produção e média, numa rede de ginásios, é parceiro de uma rede de pizarias e a sua fundação doou 41M para a educação de jovens.



● **9 - Stephen Curry** – #79.8M - Basquetebol - EUA – salário anual - 37.8M – Receita Marketing 43M – Fundou a SC30 que gere investimentos, participações e filantropia. A sua produtora assinou com a Sony e lançou o filme Breakthrough.



● **10 - Kevin Durant** – #65.4M - Basquetebol - EUA – salário anual - 30.4M – Receita Marketing 35M – Durant investiu em mais de 30 companhias, incluindo a Postmates e na app Acorns. A sua fundação já investiu 10M na sua cidade Maryland.

Opiniões

A Agência Nacional de Petróleo e Gás



Inês Galvão,
Manager EY,
People Advisory
Services

O desafio da diversificação da economia angolana passa pela promoção e desenvolvimento de outros sectores além do sector petrolífero, porém não deixa de ser notória a ainda primazia deste sector na economia e o desejo de investidores, mormente investidores estrangeiros, de continuarem a investir nesta área.

Também o recente lançamento do concurso público para novas concessões de determinados blocos na Bacia do Namibe e na Bacia de Benguela, e o mecanismo utilizado de publicitação dos mesmos, entre outras actividades, revela a contínua promoção do sector, o qual será sempre relevante para a economia do país. Neste âmbito, os potenciais investidores que estejam interessados em desenvolver a sua actividade no sector petrolífero em Angola deverão ter em conta o papel actualmente desempenhado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

Cumpramos salientar que a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, a qual é, também, oficialmente designada por “ANPG”, foi constituída com o objectivo primordial de readaptar o regime do sector petrolífero às necessidades do país.

A constituição desta entidade, mediante Decreto Presidencial n.º 49/19, de 6 de Fevereiro de 2019, prendeu-se, igualmente, com a necessidade de eliminar conflitos de interesses e aumentar a transparência e eficácia dos processos, em harmonia com a necessidade premente de potenciar investimento interno e externo no sector.

Através do diploma supra-mencionado, a ANPG foi qualificada como a Concessionária

Nacional, substituindo, assim, a Sonangol – E.P., tendo-lhe sido concedida a missão de regular, fiscalizar e promover a execução das actividades petrolíferas no domínio do petróleo, gás e biocombustíveis.

Não pretendendo listar de forma exaustiva todas as competências da ANPG necessárias à prossecução da sua missão de regular, fiscalizar e promover a execução das actividades petrolíferas, destacamos as seguintes: (i) a implementação de acções necessárias à adjudicação e gestão de contratos de petróleo e gás natural; (ii) a promoção de investimentos no sector dos petróleos, gás e bicombustíveis; (iii) a execução de procedimentos de delimitação de blocos para efeitos de pesquisa, exploração e desenvolvimento da produção; (iv) a negociação e a celebração de contratos; (v) a emissão de pareceres sobre a transferência para terceiros das quotas ou acções que representem mais de 50% do capital social de uma associada da concessionária nacional; (vi) o acompanhamento das reservas declaradas pelas associadas, bem como (vii) o acompanhamento de toda a actividade exercida no âmbito dos contratos de pesquisa e produção de hidrocarboneto, entre outros desafios que lhe competem.

A ANPG tem, assim, um papel fulcral no desenvolvimento do sector petrolífero e será um interveniente crucial na execução das actividades petrolíferas em Angola.

Aproveitamos a oportunidade para relembrar que, em Fevereiro deste ano, foi, também, aprovada a Estratégia Geral de Atribuição de Concessões Petrolíferas para o período 2019-2025, pelo Decreto Presidencial n.º 52/19, de 18 de Fevereiro de 2019. Este diploma reitera as já conhecidas modalidades de adjudicação de concessões (concurso público, concurso público limitado e negociação directa) e os eventuais blocos abrangidos por cada uma das tipologias, entre outros princípios e regras que devem ser aplicados nos processos de concessão.



Sobre a conversa de concursos públicos



António Vieira
Ex-director da
Cobalt Angola

Há pouco mais de uma semana, realizou-se, em Luanda, uma reunião para a discussão de um concurso público para a realização da construção da refinaria do Soyo. Wow! Será uma obra deste Governo que se prepara para privatizar as fábricas que detém?

Pelo que foi dado a entender, e, tendo em conta o discurso várias vezes repetido pelo general João Lourenço, o país quer novos investimentos, os quais deverão ser feitos por entidades privadas. Por outras palavras, por quem tem kumbu. E nós não temos.

Uma refinaria não é nada mais do que uma fábrica, uma vez que transforma matéria-prima em produtos acabados e prontos a serem colocados no mercado.

Nós não precisamos de mais uma fábrica. Precisamos de ‘n’ fábricas. Esta é a grande realidade do nosso país. Sendo assim, deveríamos sair ao mercado e convidar todos os interessados em construir refinarias para virem construí-las no país. Não uma, não duas ou três, mas ‘n’ refinarias. Para o mercado interno e para o mercado externo. Com o caminho-de-ferro de Benguela, temos o inte-

rior do continente à nossa disposição como mercado externo preferencial uma vez que não teríamos grandes competidores.

Talvez (como país) até nos tornássemos líderes. Para tal, para quê precisamos de concursos públicos? Para dar a impressão de quê? Para seleccionar o quê? Para seleccionar quem tem kumbu para vir investir no país? Vamos lá ser sérios de uma vez por todas! Quem tem dinheiro, neste mundo ordenado pelo capital, gasta-o onde bem entender. Investe-o onde dá lucros. E não vai aceitar estar exposto a quaisquer concursos. Concursos que não se justificam uma vez que ele, o investidor, vai ter de ter cuidados empresariais para diminuir o seu próprio risco. Qualquer investidor vai fazer a sua ‘due-diligence’.

Assim sendo, parece-me que existe aqui uma falta de visão dos nossos ‘patrões’ do sector. Isto talvez advenha dos maus hábitos adquiridos na aventura socialista, quando era necessário criarem-se oportunidades para os funcionários do Estado ‘facturarem’. Para serem importantes, ignorando a importância do país. Só que isto contraria o discurso do general João Lourenço. Como tal, faço aqui umas perguntas: Será que o general João Lourenço ainda não se apercebeu de que se está a expor ao ridículo quando, no palco internacional, diz que o país está aberto ao investimento privado? Quando convida os investidores privados a trazerem os seus meios para Angola? Será que o general João Lourenço ainda não se apercebeu de que os seus ‘soldados’ estão a deixá-lo em cuecas no meio da praça pública? Quando gastam uma fortuna na

promoção de um concurso público desnecessário?

Nós queremos muitas refinarias. Refinarias que sejam propriedade do investidor e não do estado. E muitas outras fábricas para todas as sectores. Para a criação de empregos e desenvolvimento económico do país. Para que os jovens angolanos se sintam bem cá na banda. Investir em fábricas não é a vocação do Governo. De nenhum governo. Aliás, no nosso caso específico e com a vasta experiência que tem, o Governo já provou que não sabe gerir fábricas. E os gestores do Governo já provaram ser incompetentes na gestão das fábricas que detêm para além de serem saqueadores e garimpeiros dos bens à sua guarda. Por isso é que o Governo vai privatizar a refinaria que tem. E outras fábricas também.

Em conclusão, que se acabe com essa palhaçada de concursos públicos para a construção de refinarias, a menos que o Governo vá investir nelas como sócio maioritário. E que se criem incentivos para que se construam “n” refinarias. Se conseguirmos dez refinarias, e, se cada uma empregar cinco mil operários, teremos assim criados cinquenta mil postos de trabalho. E, arrecadaremos impostos das dez unidades privadas e Iva do consumo que irá ser feito por esses cinquenta mil operários. E já agora, recordo-me que um decreto presidencial de Março/Abril de 2017 autorizava um consórcio(russo??) a construir uma refinaria em Moçamedes e que esse complexo industrial iria gerar mais de dez mil postos de trabalho. É caso para se perguntar o que aconteceu a este projecto que poderia ser, neste momento, o maior desenvolvimento do país?

“Desde o final da crise financeira de 2008, houve uma crescente necessidade de se repensar o regime global de tributação das multinacionais.”

Basta de meias-medidas nos impostos sobre as sociedades



Joseph E. Stiglitz

A globalização tem tido uma má reputação nos últimos anos e, muitas vezes, por boas razões.

Mas alguns críticos, inclusive o presidente dos EUA, Donald Trump, atribuem as culpas de forma errada, evocando uma imagem falsa na qual a Europa, a China e os países em desenvolvimento encurralaram os negociadores comerciais dos EUA em maus negócios, levando aos actuais infortúnios dos norte-americanos. É uma afirmação absurda: afinal de contas, foram os EUA – ou melhor, os EUA corporativos – que escreveram as regras da globalização em primeiro lugar.

Dito isto, há um aspecto particularmente tóxico da globalização que não recebeu a atenção que merece: a evasão fiscal corporativa. As multinacionais podem muito facilmente transferir as sedes e produções para qualquer jurisdição que cobre os impostos mais baixos. E, em alguns casos, elas nem precisam de deslocar as suas actividades comerciais, porque podem apenas alterar a forma como ‘registam os rendimentos no papel.

A Starbucks, por exemplo, pode continuar a expandir-se no Reino Unido ao mesmo tempo que não paga quase nenhum imposto nesse Estado, porque alega que os seus lucros no Reino Unido são mínimos. Mas se isso fosse verdade, a sua expansão contínua não faria sentido. Porque aumentar a sua presença quando não há lucros? É óbvio que há lucros, mas eles estão a ser canalizados do Reino Unido para jurisdições com impostos mais baixos na forma de ‘royalties’, taxas de franquia e outros encargos.

Este tipo de evasão fiscal tornou-se uma forma de arte na qual as empresas mais inteligentes, como a Apple, sobressaem. Os custos agregados de tais práticas são enormes. Segundo o Fundo Monetário Internacional, os governos perdem, pelo menos, 500 mil milhões de dólares

por ano como resultado da deslocação fiscal corporativa. E Gabriel Zucman, da Universidade da Califórnia, e os seus colegas estimam que cerca de 40% dos lucros no exterior, feitos por multinacionais norte-americanas, são transferidos para paraísos fiscais. Em 2018, 60 das 500 maiores empresas – incluindo a Amazon, Netflix e General Motors – não pagaram impostos nos EUA, apesar de apresentarem lucros conjuntos (em termos mundiais) de cerca de 80 mil milhões de dólares. Essas tendências estão a ter um impacto devastador nas receitas fiscais nacionais e a prejudicar o senso de justiça da opinião pública.

Desde o final da crise financeira de 2008, quando muitos países se encontravam com graves dificuldades financeiras, houve uma crescente necessidade de se repensar o regime global de tributação das multinacionais. Um grande esforço é a iniciativa Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros (BEPS) da OCDE, que já produziu benefícios significativos, restringindo algumas das piores práticas, como a que está associada a empréstimos de dinheiro entre filiais. Mas, tal como mostram os dados, os esforços actuais estão longe de ser adequados.

O principal problema é que a BEPS oferece apenas correcções com retalhos a um ‘status quo’ fundamentalmente imperfeito e incorrigível. Sob o ‘sistema de preços de transferência’ predominante, duas filiais da mesma multinacional podem trocar bens e serviços além-fronteiras e, em seguida, valorizar esse comércio “em condições de igualdade de concorrência” quando declaram receitas e lucros para fins fiscais. O preço que pagam é o que afirmam que seria se os bens e serviços estivessem a ser trocados num mercado competitivo.

Por razões óbvias, esse sistema nunca funcionou bem. Como é que alguém avalia um carro sem motor ou uma camisa sem botões? Não há preços de mercado, nem mercados competitivos, aos quais uma empresa possa fazer referên-

cia. E as questões são ainda mais problemáticas no sector de serviços em expansão: como é que se avalia um processo de produção sem os serviços de gestão fornecidos pela sede?

A capacidade das multinacionais de beneficiarem do sistema de preços de transferência aumentou, à medida que o comércio dentro das empresas aumentou, à medida que o comércio de serviços (em vez de bens) se expandiu, à medida que a propriedade intelectual cresceu em importância e à medida que as empresas melhoraram na exploração do sistema. O resultado: transferência em larga escala de lucros transfronteiras, levando a menores receitas tributárias.

É revelador que as empresas norte-americanas não estejam autorizadas a usar preços de transferência para distribuir lucros nos EUA. Isso implicaria a repetida fixação de preços nos bens sempre que atravessassem e voltassem a atravessar as fronteiras entre os estados. Em vez disso, os lucros corporativos dos EUA são distribuídos por diferentes estados numa base estereotipada, de acordo com factores como emprego, vendas e activos em cada Estado. E tal como a Comissão Independente pela Reforma da Taxação Corporativa Internacional mostra na sua última declaração, esta estratégia é a única que funcionará a nível mundial.

Por sua vez, a OCDE vai emitir, em breve, uma proposta importante que poderá movimentar um pouco o quadro actual nessa direcção. Mas, se as informações que circulam sobre o conteúdo estiverem correctas, ainda assim não seria suficiente. Se for adoptada, a maior parte das receitas corporativas ainda seria tratada com a utilização do sistema de preços de transferência, com apenas uma parcela ‘residual’ distribuída numa base estereotipada. A lógica para essa divisão não é clara; o melhor que se pode dizer é que a OCDE está a canonizar o gradualismo.

Afinal de contas, os lucros corporativos declarados em quase todas as jurisdições já incluem deduções pelo custo de capital e juros. São ‘residuais’ – lucros puros – que surgem das operações conjuntas das actividades mundiais de uma multinacional. Por exemplo, de acordo com a Lei de Redução dos Impostos e Empregos nos EUA de 2017, o custo total de bens de capital é dedutível, além de uma parte dos juros, o que permite que o total dos lucros declarados seja substancialmente menor do que os lucros económicos reais.

Dada a escala do problema, é evidente que precisamos de um imposto mínimo global para acabar com o actual nivelamento por baixo (o que não beneficia ninguém a não ser as corporações). Não há provas de que uma tributação mais baixa no mundo leve a mais investimentos. (É claro que, se um país reduz o seu imposto em relação a outros, pode ‘roubar’ algum investimento; mas essa estratégia de ‘empobrecer o vizinho’ não funciona a nível global). Uma taxa global mínima de imposto deve ser fixada a uma taxa comparável à média actual do imposto sobre as sociedades efectivo, que é de cerca de 25%. Caso contrário, as taxas globais dos impostos sobre sociedades convergirão para o mínimo e o que se pretendia ser uma reforma para aumentar a tributação das multinacionais acabará por ter o efeito oposto.

O mundo está a enfrentar várias crises – incluindo alterações climáticas, desigualdade, crescimento lento e infra-estruturas degradadas – e nenhuma delas pode ser resolvida sem governos com bons recursos. Infelizmente, as actuais propostas de reforma da tributação global simplesmente não vão longe o suficiente. As multinacionais têm de ser obrigadas a fazer a sua parte.

Professor na Universidade de Columbia, EUA, ex-economista-chefe do Banco Mundial, Prémio Nobel da Economia em 2001.

Em 2018, 60 das 500 maiores empresas – incluindo a Amazon, Netflix e General Motors – não pagaram impostos nos EUA, apesar de apresentarem lucros conjuntos (em termos mundiais) de cerca de 80 mil milhões de dólares. Essas tendências estão a ter um impacto devastador nas receitas fiscais nacionais e a prejudicar o senso de justiça da opinião pública.

Marcas & Estilos

Companheiro ideal

Se tem preguiça de beber água, esta garrafa H2O Pal vai ser o seu companheiro ideal. Tem uma app que o lembra de beber e monitoriza a sua hidratação.

Belezas tecnológicas

A doca que vai embelezar e modernizar a sua secretária e carregar as baterias do seu Ifni, Apple iWatch e Air Pods. Um must para o fã da 'maça'.

Carregando o design

A bolsa de ombro Ophidia foi feita com um design vintage que é puro luxo. Estruturada e com fecho magnético, deixa o peso da marca Gucci falar por si.

Luxos duradouros

A Peermont traz-lhe esta pulseira estilo cubano banhada em ouro de 18 quilates a 7.7 milímetros. O ouro é a eterna marca do luxo que perdura pelo tempo.

Peças dúcteis

O padrão monocromático desta camisa Rhude é tudo menos rude. Feita na Itália, tem um toque e um efeito relaxado que casa com diferentes estilos.

Vista educação

A t-shirt da britânica Resilience, que o descreve na perfeição, está disponível em preto, branco e cinza e é talhada em algodão. Educação nunca é demais.



TURISMO

Uma atmosfera relaxante

Só depois de uma visita guiada é que poderá perceber porque Sochi é um dos resorts mais procurados na Rússia. O mundo aclamou a cidade como a capital dos XXII Jogos Olímpicos de Inverno e dos XI Jogos Paralímpicos. A acomodação não há-de ser problema. O Ecodom Adler é uma ótima opção. Tem ambiente familiar e comodidades para enriquecer a estadia. Os hóspedes encontram ar condicionado, minibar e podem aceder à internet com wi-fi gratuito.

A outra opção pode ser o romântico Radisson Collection Paradise Resort & Spa Sochi, muito procurado pela proximidade de pontos turísticos e atmosfera relaxante.

A propósito, Sochi acolhe, esta semana, a Cimeira Rússia – África, onde Angola também se vai fazer presente. Esta pode ser uma boa altura para criar parcerias para ótimos negócios.



AUTOMÓVEL

Extremamente selecto

Um dos modelos mais vendidos da Mercedes-AMG, o C63, chegou com novidades leves no visual. Desenhado em três versões, o modelo mantém o motor V8 4.0 biturbo, com 476 cavalos, com mudança automática de nove marchas com tracção traseira.

Os faróis e lanternas são em LED. O painel de instrumentos de 12,3 polegadas é totalmente digital com desenhos exclusivos

para o modelo AMG. O volante é o mesmo utilizado no AMG-GT e possui comandos sensíveis ao toque.

Além do motor V8, o C63 possui selector de modo de condução e suspensão adaptativa, dando mais controlo ao veículo que acelera de 0 a 100 km/h em 4,1 segundos, com velocidade máxima de 250 km/h, enquanto as versões S fazem o mesmo em 4,0 segundos com a velocidade máxima de 290 km/h.

AGENDA

LUANDA

25 E 26 DE OUTUBRO

O Show do Mês apresenta o concerto 'Cantar Nany' com participação de Sandra Solange, Alexandra Bento, Neidy da Luz, Raquel Lisboa e Branca Celeste, no hotel Royal Plaza, às 21 horas. Ingressos a 14 mil kwanzas.

31 DE OUTUBRO

Concerto de MCK, no Shopping Avenida (Zap Cinemas), às 19 horas. Ingressos a 3.000 kwanzas.

2 DE NOVEMBRO

Concerto intimista de Wilmar Nakeni na Casa Rede, às 19 horas. Ingressos a 3.000 kwanzas.

9 E 10 DE NOVEMBRO

O músico Totó ST lança o disco 'Nga Sakidila', a 9 de Novembro, na Praça da Independência, a partir das 8 horas e, a 10, na Casa da Juventude, em Viana, a partir das 9 horas.

28 DE NOVEMBRO

'Workshop' sobre 'O IVA e a sua Introdução em Angola', na Mediateca de Lunada, entre às 9 e 13 horas.

O ARTISTA ANGOLANO Hildebrando de Melo promove, desde sábado, na galeria da Livraria Sá da Costa, em Portugal, uma exposição de esculturas e desenhos, em diálogo. Denominada 'Fórmula', a mostra reúne 13 objectos produzidos entre 2016 e 2018, sendo sete inéditos.



FORMAÇÃO COM UMA DURAÇÃO DE TRÊS DE SEMANAS A PARTIR DE NOVEMBRO

União Europeia financia empreendedorismo cultural

FORMAÇÃO CULTURAL. Cursos destinam-se a todos os artistas ou a quem tenha aptidões para liderar projectos culturais. Podem ser candidatos nacionais dos países africanos de expressão portuguesa e ainda de Timor-Leste. União Europeia disponibiliza 19 milhões de euros.

Por Amélia Santos

A

Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), em parceria com

o Instituto Camões, no âmbito do Procultura, promove cursos de empreendedorismo cultural e fontes de financiamento para os PALOP. As inscrições decorrem até 24 Outubro. Em Angola, a formação tem duração de três semanas e começa em Novembro.

Podem concorrer aos cursos nacionais de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, que pratiquem actividade rele-

vante de criação artística ou como empresários ou que exerçam funções técnicas relevantes em instituições com eventos culturais, sejam públicos ou privados.

A formação tem como objectivo contribuir para a criação de emprego na economia cultural e criativa nos PALOP e em Timor-Leste, entre 2019 e 2023, com um orçamento de 19 milhões de euros.

Os cursos, cujo fim das inscrições é a 24 de Outubro, fazem parte de um programa de formação que pretende formar líderes de desenvolvimento na área cultural. O programa tem uma duração máxima de três semanas, com uma primeira edição a partir de Novembro, a realizar em datas variáveis em cada um dos seis países.

Em Angola, a primeira edição realiza-se de 4 a 20 de Novembro, na

Villa de la Cooperación Española, no Morro Bento, em Luanda.

Esta é uma iniciativa enquadrada na Acção 1.5 de Formação de Líderes de desenvolvimento dos sectores da cultura da tutela pública, de organizações da sociedade civil e empresários para acesso aos instrumentos de financiamento disponíveis incluindo os desta acção para promover a inovação da economia cultural e criativa.

Esta iniciativa é promovida no âmbito do Procultura, uma acção financiada pela União Europeia no âmbito do Programa Indicativo Multianual PALOP-UE para 2014/2020, co-financiada e gerida pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e também pela Fundação Calouste Gulbenkian, de Portugal.

Esta acção é enquadrada pelos princípios do Consenso Europeu

MEMORIZE

● **As inscrições** são feitas através do envio de e-mail para o endereço procultura@centrocamoesluanda.co.ao, colocando no título 'Inscrição Curso Empreendedorismo Cultural'. O regulamento e os requisitos podem ser consultados no site <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/projeto-palop-tlprocultura-investe-na-formacao-de-empreendedores-nos-palop-e-timor-leste>, ou do programa PALOP – TL, em <https://paloptl.eu>.

em matéria de desenvolvimento ('O Nosso Mundo, a Nossa Dignidade, o Nosso Futuro'), nomeadamente pelo reconhecimento de que a cultura favorece "a inclusão social, a liberdade de expressão, a formação da identidade, o empoderamento civil e a prevenção de conflitos" e pela intenção da União Europeia e dos Estados-membros de fomentar a economia e as políticas culturais quando estas contribuam para alcançar o desenvolvimento sustentável. É enquadrada também pelos princípios da Aliança África – Europa para Investimentos e Empregos Sustentáveis, que incluem investir nas pessoas através da educação e formação de competências, explorar o potencial da integração económica e do comércio entre as duas regiões para a criação de emprego e de rendimento.

A formação tem como objectivo contribuir para a criação de emprego na economia cultural e criativa nos PALOP.



NÚMEROS DA SEMANA

1,1

Milhão, número de clientes que a ENDE prevê inserir no sistema pré-pago até 2022.

10

Milhões de dólares, valor que a empresa 'Mestre Akino' vai investir para a produção de 150 toneladas de chouriço por mês.

430

Mil milhões de kwanzas, montante financeiro que os bancos têm disponíveis para a concessão de crédito, no âmbito do Programa de Apoio ao Crédito (PAC).

32

Quantidade de empresas que viram chumbados os seus relatórios e contas pelo Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado.



POR AÇAMBARCAMENTO

Comércio denuncia operadores económicos

MERCADOS. Vários casos foram descobertos na semana passada. Há comerciantes com até 40 mil caixas de perecíveis guardadas.

Por Isabel Dinis

O Ministério do Comércio denuncia a existência de operadores económicos a fazerem acumulação de grandes quantidades de mercadorias para provocar a sua falta no mercado e vendê-las depois a preços elevados.

Segundo o inspector-geral do comércio, Fernando Catumbila, no conselho consultivo do Ministério, há muitos agentes a fazer o famoso "açambarcamento", sublinhando casos de comerciantes que guardam as mercadorias entre sete meses e até mesmo um ano para apenas venderem em Dezembro

quando os preços estão em alta.

Fernando Catumbila apontou o caso de um agente que guarda 40 mil caixas de perecíveis, apenas aguardando o melhor momento para os vender, lembrando que o que estão a fazer é "um crime". "Encontrámos casos em que determinadas empresas podem comprar, mas o que depois comercializam é lixo. Uma mercadoria que, depois da sua produção, já esteve meses lá fora, mais o tempo de transportação e o comerciante ainda deixa seis a sete meses congelados. Não está a vender nada, apenas gelo. O que depois traz os problemas de saúde que temos verificado", criticou.

Nos trabalhos de campo, os agentes da inspeção também têm encontrado comerciantes que usam contentores para a comercialização de perecíveis, o que é proibido por lei. "Os contentores são meios de transporte e não armazéns. A lei diz que as

instalações devem ser definitivas. O contentor serve apenas para o transporte da mercadoria".

O inspector-geral refere, por exemplo, que um contentor, quando é usado para a comercialização de produtos perecíveis, basta estar desligado por uma hora para colocar em risco de deterioração toda a mercadoria. "As consequências são os consumidores comprarem produtos estragados. Há comerciantes que não sabem distinguir o que é um contentor para conservação e para congelação."

O Governo vai avançar para a criação de uma entidade única para a realização de inspeção depois de já se ter pensado num projecto semelhante há 22 anos. Os estatutos já estão a ser feitos e a entidade deverá denominar-se 'Autoridade Nacional de Inspeção e Segurança Económica'.

A ideia do Governo é evitar as inspeções de vários órgãos no mesmo estabelecimento e cortar a sobreposição de competências.

Fernando Catumbila denunciou casos de administradores municipais e distritais que, tão logo são nomeados, fazem inspeção e os valores arrecadados não vão para a Conta Única do Tesouro (CUT), mas para as contas próprias.

EM SOCHI

Presidente na cimeira Rússia-África

Seis meses depois da sua primeira visita como chefe de Estado, o Presidente João Lourenço volta à Rússia onde vai discursar na sessão de abertura da Cimeira Rússia-África, que inicia nesta quarta-feira, 23, e rubricar acordos comerciais, económicos e de investimento.

Na agenda, consta ainda um encontro formal com o homólogo Vladimir Putin para avaliar as relações bilaterais. Vai também receber "influentes figuras do universo político e económico", entre executivos de bancos, de unidades industriais, de empresas agrícolas e produtoras de minerais preciosos, segundo um comunicado da Presidência.

Está ainda agendada a assinatura de acordos na área da formação de quadros e da implementação de uma indústria de fertilizantes em Angola. Esta é a segunda viagem de João Lourenço à Rússia. A primeira foi em Abril. Nesta cimeira, faz-se acompanhar dos ministros da Economia e Planeamento, das Relações Exteriores, da Agricultura e Florestas, do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação e dos Recursos Minerais e Petróleos.

A cimeira pretende destacar a expansão da cooperação política, económica, técnica e cultural entre África e a Rússia.

